

Mortes trans no G1: enquadramento e abjeção*Trans deaths on G1: framing and abjection*Marcelo Almeida DUARTE¹Pedro Pinto de OLIVEIRA²**Resumo**

Este estudo investiga o enquadramento biopolítico no discurso jornalístico do G1 sobre assassinatos de pessoas trans nos meses de janeiro e março de 2022 e 2023, períodos críticos de violência segundo a ANTRA. A pesquisa busca entender como o G1, ao noticiar esses crimes, contribui para a individualização dessas vidas e para narrativas que naturalizam e perpetuam sua marginalização. A análise baseia-se nas noções de enquadramento, biopolítica e acontecimento pragmatista, a partir de Butler (2015; 2019), Goffman (2012), Foucault (2017) e Quéré (2011; 2012). A metodologia instrumentalista de Dewey (1974; 2000) guiou a seleção e análise das notícias. Os resultados indicam que o G1 enfatiza a brutalidade dos assassinatos, ignorando a singularidade das vítimas e normalizando essas mortes no imaginário social. Conclui-se que essa cobertura reforça a vulnerabilidade das pessoas trans, situando-as em uma posição de abjeção.

Palavras-chave: Jornalismo. Acontecimento Pragmatista. Morte; Biopolítica.

Abstract

This study investigates the biopolitical framing in G1's journalistic discourse regarding the murders of trans people in January and March of 2022 and 2023, periods identified by ANTRA as critical in terms of violence. The research seeks to understand how G1, in reporting these crimes, contributes to the individualization of these lives and to narratives that naturalize and perpetuate their marginalization. The analysis is based on the notions of framing, biopolitics, and the pragmatist event, drawing from Butler (2015; 2019), Goffman (2012), Foucault (2017), and Quéré (2011; 2012). Dewey's instrumentalist methodology (1974; 2000) guided the selection and analysis of the news reports. The results indicate that G1 emphasizes the brutality of the murders while disregarding the uniqueness of the victims, thereby normalizing these deaths in the social imagination. It is concluded that this coverage not only reflects but also reinforces the vulnerability of trans people, positioning them in a state of social abjection.

Keyword: Journalism. Pragmatist Event. Death. Biopolitics.

¹Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea – UFMT. Integrante do Grupo de Pesquisa Limiar: Estudos de Linguagem e Mídia. E-mail: almeidamarceloduarte@hotmail.com

²Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014). Pós-Doutor em Comunicação e Artes na Universidade da Beira Interior (UBI), Covilhã/Portugal. Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea - ECCO/UFMT. E-mail: ppo@terra.com.br

Introdução

De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra, 2023; 2024), em 2022 foram registrados cerca de 150 homicídios dessa população, representando 37,5% de todos os casos no mundo, segundo o projeto internacional Trans Murder Monitoring (TMM)³. Esses números revelam não apenas a brutalidade, mas também a sistemática marginalização enfrentada por essas pessoas. 41% das mortes noticiadas em 2022 envolveram armas de fogo, 24% ocorreram por armas brancas e 16% por métodos brutais, como espancamento ou estrangulamento (Antra, 2023).

Em 2023, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) incluiu pela primeira vez perguntas sobre identidade de gênero na Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, permitindo estimar a população trans, travesti e não binária no Brasil. Antes disso, a ausência de dados oficiais dificultava o reconhecimento dessas mortes como parte de um problema social, comprometendo a produção científica e reduzindo essas vidas a números (Barreto, 2021). A inclusão de questões sobre orientação sexual e identidade de gênero na Pesquisa Nacional de Saúde (PNS)⁴ de 2019 representou um marco importante para a compreensão das condições e da violência enfrentadas por essa população no Brasil. Pela primeira vez, em caráter experimental, foi investigada essa característica da população brasileira, revelando dados significativos sobre esse grupo.

A formulação de políticas públicas efetivas exige uma abordagem intersetorial que inclua saúde, educação e justiça. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais foi um passo importante, mas ainda insuficiente, especialmente diante do avanço do conservadorismo nos últimos anos, que resultou na extinção de órgãos voltados à proteção dos direitos LGBTQIA+ (Brasil, 2013). Sem uma estrutura robusta de apoio e proteção, a violência contra pessoas trans continuará sendo uma constante, reafirmando a necessidade urgente de ampliar os marcos legais e as iniciativas de proteção a essa população.

³ Informação obtida em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring-2023/> Acesso em 13 de novembro de 24 às 14h

⁴ A Pesquisa Nacional de Saúde é um inquérito realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com o IBGE nos anos de 2013 e 2019, com o objetivo de produzir dados sobre a saúde, estilos de vida da população brasileira e desempenho do sistema de saúde, com foco na vigilância de doenças crônicas e seus determinantes. Informação obtida em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/> Acesso em 15 de novembro de 2024 às 08h

O conceito de biopolítica, trabalhado por Michel Foucault (2017), ajuda a compreender como essas mortes são enquadradas como "vidas matáveis". No contexto biopolítico o Estado e a sociedade determinam quais vidas são dignas de proteção e quais podem ser relegadas à margem, perpetuando o abandono das pessoas trans. Nesse mesmo sentido, Judith Butler (2019) observa que o enquadramento midiático contribui para essa exclusão ao retratar essas mortes como inevitáveis ou como resultado das próprias escolhas das vítimas, reforçando narrativas transfóbicas. Esses enquadramentos, ao mesmo tempo que desumanizam as pessoas trans, naturalizam a violência contra elas.

Neste contexto, este estudo busca compreender como a mídia, especialmente o portal G1, direciona a percepção pública sobre as mortes de pessoas trans. A análise concentra-se nas notícias de janeiro e março de 2022 e 2023, períodos de maior incidência de casos, segundo a ANTRA (2023;2024). A questão central que norteia o estudo é: de que forma o portal G1, ao noticiar assassinatos de pessoas trans no período de janeiro e março de 2022 e 2023, contribui para a individualização dessas vidas e para a construção de narrativas que naturalizam e perpetuam a marginalização dessas identidades?

O objetivo deste trabalho é analisar como a cobertura do G1 sobre esses assassinatos contribui para a estigmatização das pessoas trans. A investigação adota a metodologia do instrumentalismo de John Dewey, permitindo uma análise prática e empírica das notícias, observando os efeitos do enquadramento midiático na construção da percepção pública sobre a violência contra pessoas trans.

Espera-se que esta investigação contribua para o campo dos estudos de mídia, oferecendo uma visão crítica sobre o papel do jornalismo na formação de narrativas que sustentam a vulnerabilização das pessoas trans e promovendo o diálogo com diferentes campos do saber.

Procedimentos metodológicos

A metodologia adotada neste estudo é o instrumentalismo, uma abordagem investigativa que se fundamenta na filosofia pragmatista de John Dewey (1974). O instrumentalismo busca construir conhecimento a partir da interação direta com a experiência concreta, adotando a prática como base do processo de investigação. Dewey argumenta que a investigação se estrutura como um movimento de aproximação, teste e

revisão, onde hipóteses são continuamente avaliadas e ajustadas de acordo com suas consequências práticas, de modo a produzir soluções úteis e aplicáveis.

Para Dewey (2000), a investigação deve partir da experiência concreta, retornando a ela para validar e refinar hipóteses por meio de autocorreção. Esse método permite compreender fenômenos ao resolver problemas específicos do campo empírico, testando e ajustando interpretações até alcançar soluções práticas e claras.

Este estudo se vale da arquitetura instrumentalista por considerar que, ao investigar as representações jornalísticas das mortes de pessoas trans, é essencial partir da experiência concreta dessas reportagens e retornar a elas para validar interpretações e ajustar os rumos da análise. O instrumentalismo, enquanto prescrição de postura investigativa, é uma abordagem que estrutura o processo inquirição em etapas: 1. **Identificação da situação de dúvida** – O ponto de partida do instrumentalismo é uma situação que gera incerteza ou ambiguidade. Neste estudo, essa situação é observada na cobertura jornalística das mortes de pessoas trans, que, embora apresentada publicamente, é limitada por enquadramentos superficiais e estigmatizantes. Essa observação inicial provoca um estado de dúvida que demanda investigação. 2. **Formulação do problema** – Com o estado de dúvida definido, o próximo passo é formular uma questão de pesquisa que direcione a análise. Aqui, a questão formulada busca compreender como o jornalismo configura essas mortes e os sentidos atribuídos a elas no espaço público. 3. **Inquirição e desenvolvimento de hipóteses** – O instrumentalismo propõe uma sequência de inquirições e respostas parciais, onde o pesquisador formula hipóteses testadas com base na experiência concreta. Neste caso, realizamos análises sucessivas das notícias, levantando hipóteses sobre os modos de enquadramento e individualização dos eventos de violência. 4. **Autocorreção e avaliação dos resultados** – O instrumentalismo destaca a importância da autocorreção, na qual o pesquisador refina sua abordagem ao longo do processo investigativo. Neste estudo, essa etapa envolve a exclusão de informações e categorias irrelevantes para a questão investigada e o ajuste contínuo da análise conforme surgem novos dados.

Esse método permite, portanto, que este estudo não apenas descreva os enquadramentos midiáticos das mortes de pessoas trans, mas produza uma análise que possa ser aplicada na compreensão prática das implicações sociais e simbólicas dessas representações.

Para a seleção técnica das notícias a serem analisadas, seguimos um processo estruturado em etapas, considerando critérios temporais, temáticos e as características dos conteúdos noticiados. As principais etapas desse processo são descritas abaixo:

1. Definição do recorte temporal

Selecionamos os meses de janeiro e março dos anos de 2022 e 2023 como recorte temporal, conforme indicado pelos relatórios da ANTRA, que identificaram esses períodos como picos de violência contra pessoas trans. A concentração de casos de violência extrema nesses meses possibilita uma análise mais detalhada dos padrões de cobertura midiática durante momentos de maior intensidade.

2. Critérios de conteúdo e foco na brutalidade dos casos

Foram priorizadas notícias que destacavam o método brutal do assassinato mais do que a identidade pessoal das vítimas. Esse critério permitiu observar como a mídia frequentemente enfatiza o aspecto violento e sensacionalista das mortes, o que tende a desumanizar as vítimas e obscurecer suas histórias individuais e contextos de vida. A escolha por essa abordagem visa a entender como o jornalismo posiciona a violência como elemento central em detrimento de uma narrativa mais humanizada e contextualizada.

3. Análise de palavras-chave e temáticas recorrentes

Inicialmente, utilizamos o termo “trans” como palavra-chave no buscador do portal de notícias G1 para identificar conteúdos relacionados a serviços, denúncias de direitos, documentação e preconceito. No entanto, ao avançar na pesquisa e refinar o foco especificamente para assassinatos violentos, ajustamos a palavra-chave para “trans - morte” visando localizar matérias que abordassem diretamente a violência transfóbica e os assassinatos de pessoas trans. Esse refinamento permitiu priorizar matérias explicitamente centradas na brutalidade dos casos, possibilitando uma análise direcionada das molduras discursivas empregadas pelo jornalismo para enquadrar essas mortes. Com essa mudança, a busca se tornou mais precisa e focada nos aspectos de violência e mortalidade.

4. Organização e descrição das notícias selecionadas

Cada notícia foi examinada quanto ao tema central e à ênfase dada pela cobertura. Esse movimento incluiu uma verificação da estrutura argumentativa das notícias e uma análise dos quadros de sentido construídos visando entender como as

notícias transformam os assassinatos em narrativas de violência cotidiana, sem questionar profundamente a natureza sistêmica da transfobia.

5. Processo de individualização do acontecimento

Baseando-se na teoria de Quéré (2011), cada notícia foi analisada considerando as etapas de individualização do acontecimento. Destacamos que essas etapas já estão integradas à análise apresentada. Para facilitar a leitura, as descrições de cada etapa da individualização foram destacadas em *itálico*, seguidas pela respectiva aplicação na investigação.

Descrição: *Categorizar e organizar o acontecimento*, oferecendo uma visão limitada que muitas vezes despersonaliza as vítimas.

Narrativização: *Situar o acontecimento em uma estrutura temporal*, geralmente linear, sem conexão a um contexto mais amplo.

Pano de fundo pragmático: *Atribuir um sentido concreto*, que em muitos casos associa as vítimas a um ambiente de risco.

Caracterização como problema público: *Revisar o acontecimento em sua relevância social e pública*.

Normalização: *Enquadrar a morte no cotidiano de maneira que minimize sua gravidade e a torne quase previsível*.

Esse processo de organização das notícias permitiu uma análise da individualização das mortes de pessoas trans, buscando compreender os enquadramentos midiáticos e os discursos biopolíticos que atravessam a percepção pública sobre essas vidas e mortes.

Corpus de análise

Como fonte de materialidade, optamos pelo Jornal G1, examinando seu acervo de matérias que tratavam desse modo de perecer. O acesso ao material produzido é um sismógrafo de como essas mortes ganham visibilidade, sendo comunicadas em lógicas específicas atravessadas por uma questão biopolítica: corpos e vidas descartáveis. Essa materialidade permite acessar informações como a motivação do crime, testemunhos de amigos e familiares da vítima, posicionamentos de autoridades governamentais e a presença ou ausência de falas de outras pessoas trans.

O recorte espaço-temporal da pesquisa considera os relatórios da ANTRA (2023; 2024) sobre os casos de assassinatos. Para uma análise focada nos meses de maior incidência de assassinatos de pessoas trans em 2022 e 2023, escolhem-se janeiro e março para ambos os anos e sete notícias ao todo. Conforme o relatório da ANTRA (2024), em 2023, janeiro registrou 17 assassinatos e março teve 15, representando os picos mais altos de violência contra essa população no ano. Já conforme o relatório da ANTRA (2023), o mesmo padrão de aumento foi identificado em janeiro e março de 2022, refletindo uma tendência de elevação dos casos no início de cada ano. Esses meses foram selecionados não apenas pela alta incidência de casos, mas também porque oferecem um contexto interessante para análise de comunicação, permitindo observar como a mídia e a sociedade respondem aos primeiros registros de assassinatos do ano. Apesar do número expressivo, a totalidade dessas mortes não foram noticiadas.

De onde pensamos: do acontecimento ao enquadramento biopolítico

Ao longo dessa investigação, tratamos a morte de pessoas trans como um acontecimento⁵. Todavia, é preciso apontar de qual lugar estamos pensando a noção de acontecimento. Neste artigo, a noção de acontecimento é pragmatista. A análise das mortes de pessoas trans sob a perspectiva de um “acontecimento pragmatista” permite interpretar esses eventos como desencadeadores de ações e condutas que revelam aspectos profundos da estrutura social. A escolha por essa abordagem, fundamentada na filosofia pragmatista, possibilita compreender os efeitos discursivos e sociais que essas mortes violentas produzem. Nessa linha, Quéré (2012) propõe que o acontecimento não seja visto como algo isolado, mas como um elemento que emerge do campo das experiências e só depois ganha forma através da discursividade. Esse processo, especialmente mediado pelo jornalismo, transforma o acontecimento em algo observável e comunicável, gerando uma série de respostas e ações públicas. Quando essas mortes são abordadas na mídia, passam por uma individualização que pode tanto sensibilizar quanto reforçar estigmas e preconceitos enraizados.

A violência contra pessoas trans, quando transformada em notícia, passa por esse processo de individualização, onde é inscrita em um conjunto de categorias e signos que

⁵Para facilitar a leitura e evitar repetições, utilizamos o termo evento(s) como sinônimo de acontecimento ao longo do texto.

delimitam sua interpretação pública. O jornalismo, ao destacar aspectos trágicos e de choque em torno dessas mortes, cria uma configuração que tende a enquadrar as pessoas trans em uma condição de vulnerabilidade, reforçando uma visão marginalizadora. Esse processo cria uma percepção pública que associa a identidade trans à violência e ao sofrimento, delimitando a existência dessas pessoas a um contexto específico de exclusão.

A individualização, entretanto, não se limita ao acontecimento, mas também às próprias pessoas trans, que passam a ser vistas a partir de estereótipos gerados e mantidos por essas narrativas. De acordo com Ian Hacking (2009), as categorias sociais criadas pela sociedade não apenas descrevem, mas moldam as experiências e as identidades dos indivíduos. Ao estabelecer categorias de identidade, como a de “vida matável” ou “vida precária” para pessoas trans, a sociedade configura as percepções públicas sobre esses indivíduos, limitando as maneiras de entendê-los. No contexto do jornalismo, essa invenção ocorre quando a mídia insere as pessoas trans em narrativas que as associam predominantemente à violência e à morte, criando uma identidade pública que enfatiza a vulnerabilidade e a precariedade dessas vidas. Assim, o jornalismo contribui para a “invenção” de uma categoria social de pessoa trans percebida essencialmente como vítima, restringindo sua identidade ao sofrimento e à marginalidade.

Essa individualização do acontecimento e das pessoas trans ocorre em um enquadramento específico no jornalismo. Para Goffman (2012), o enquadramento é o modo pelo qual eventos e experiências são organizados para serem compreendidos pelo público, estruturando a percepção coletiva sobre determinados fenômenos. No caso das mortes de pessoas trans, o jornalismo utiliza um enquadramento que enfatiza aspectos de tragédia e violência, reforçando a percepção de que essas vidas estão fora da normalidade social (Butler, 2015). Esse enquadramento contribui para a sociedade entender a identidade trans como algo desviante e marginal, consolidando uma imagem de pessoas trans como figuras periféricas. Dessa forma, o jornalismo não apenas informa o público sobre esses eventos, mas também molda a maneira como as pessoas trans são vistas e tratadas, situando-as em uma zona de exclusão e abjeção.

O enquadramento midiático das mortes de pessoas trans dialoga com a noção de biopolítica de Michel Foucault (2017), que descreve o controle sobre a vida e a morte por meio de normas sociais. Nesse contexto, o jornalismo funciona como um dispositivo biopolítico ao marginalizar identidades trans, apresentando suas mortes como tragédias previsíveis, reforçando a ideia de 'vidas matáveis'. Peixoto (2019) aprofunda essa análise

ao situar a violência contra a comunidade LGBT, e particularmente contra as pessoas trans, como um produto da abjeção histórica e estrutural. Para a autora, essa violência não pode ser vista apenas como um conjunto de ações isoladas, mas deve ser compreendida como parte de uma estrutura social que reforça a exclusão e a marginalização desses corpos. Segundo Peixoto (2019), a sociedade brasileira organiza suas relações de maneira a reforçar a heteronormatividade, excluindo sistematicamente aqueles que não se ajustam a essa norma. A abjeção dos corpos trans, nesse sentido, ocorre não apenas pela violência direta, mas também através do discurso midiático que configura essas vidas como “anormais” e fora dos padrões aceitáveis. A configuração de pessoas trans como figuras de marginalidade, visíveis apenas através de narrativas de violência e sofrimento, contribui para a manutenção de uma estrutura de abjeção que reforça práticas de exclusão e desvalorização social.

Dessa forma, o jornalismo, ao individualizar as mortes de pessoas trans como acontecimentos públicos, realiza uma operação que parece revelar a violência, mas que, na prática, contribui para perpetuar uma narrativa de exclusão. Ao configurar as pessoas trans em torno de uma identidade de vulnerabilidade e sofrimento, o jornalismo reforça uma estrutura biopolítica que limita as possibilidades de reconhecimento e engajamento social dessas pessoas. A cobertura midiática, ao focar-se exclusivamente na violência e na morte, negligencia a complexidade da vida dessas pessoas, reforçando uma percepção de abjeção que fundamenta práticas contínuas de marginalização.

Dessa maneira, a morte de pessoas trans é delimitada na discursividade jornalística que busca elementos para enquadrar esse acontecimento em uma racionalidade delimitadora. As possíveis ligações entre os assassinatos violentos de pessoas trans e a concatenação com os demais eventos cotidianos se dão pela linguagem e sua instrumentalização. Próximo tópico apresentamos as descrições das notícias.

Individualização e o Enquadramento Biopolítico nas Notícias

A individualização primária do acontecimento decorre de um regime imediato da experiência, a emoção, como condição imediata de singularização do acontecimento. Em outros termos, ao nos depararmos com o acontecimento da morte de pessoas trans, é a experiência imediata com o acontecimento que nos leva à sua primeira individualização. O enquadramento e a reconfiguração da individualidade do acontecimento ocorrem

segundo um novo ordenamento: o do discurso e do pensamento. Ao colocar a morte de pessoas trans como um estatuto de acontecimento-objeto, pretende-se afastar o acontecimento dessa primeira experiência tida como confusa, incompleta, inadequada.

Nos termos de Quéré:

Publicização e individualização do acontecimento se pertencem mutuamente. Dito de outra maneira, a encenação, a atribuição de sentido e a formatação (mise en scène, mise en sens et mise en forme) do acontecimento estão estreitamente imbricadas no trabalho daqueles que anunciam e contam o acontecimento (QUÉRÉ, 2011, p.5).

A descrição do acontecimento no conjunto das notícias se dá por uma regulamentação dos sentidos; tais sentidos repousam na cultura e, especificamente aqui, nos quadros biopolíticos. O enquadramento dessas mortes se dá no apagamento das vítimas, ocorrendo um silenciamento de qualquer lastro que confira singularidade ao sujeito. Ao descrever as mortes, as notícias recorrem à linguagem objetiva e imparcial, denotando frieza. As notas curtas constituem meros relatos de que algo aconteceu. O discurso direto opera como registro da morte e não dá espaço para outros elementos.

À medida que os leitores percorrem o jornal, estão envolvidos em uma contínua mudança de papéis e foco dramático. Na análise das sete notícias do G1 sobre assassinatos de pessoas trans, as etapas de individualização – descrição, narrativização, pano de fundo pragmático, caracterização como problema público e normalização – apontam para um enquadramento biopolítico que molda a compreensão pública sobre esses acontecimentos. Esse enquadramento atua de maneira a desumanizar e marginalizar as vítimas, além de naturalizar a violência contra essa população.

Descrição

Na etapa de descrição, que trata da categorização dos acontecimentos, as notícias seguem um padrão reducionista e estigmatizante, tratando as vítimas principalmente por suas condições vulneráveis. As informações fornecidas limitam-se a dados como nome e idade das vítimas, e a descrição de suas mortes é feita de forma impessoal, destacando apenas o local onde foram encontradas. Em *Mulher trans é assassinada a facadas e suspeito é preso em Boa Vista*, Pérola Almeida é descrita com os dados básicos, associada apenas ao cenário do crime, “caída no chão, ensanguentada” (G1, 2022b). Em *Mulher*

trans é assassinada a facadas em Porto Ferreira, Rafaela Moraes também é reduzida à forma como foi morta, sem qualquer descrição sobre sua trajetória ou contexto social (G1, 2023b).

Esse tipo de descrição cria uma visão limitada, onde as vítimas são apresentadas mais como figuras estigmatizadas do que como indivíduos com histórias e relações. Em notícias como *Mulher trans é assassinada a tiros no Jaraguá, Zona Norte de SP* (G1, 2023d) e *Mulher trans é encontrada morta com sinais de espancamento em galpão no Santos Dumont, em Maceió* (G1, 2023c), há uma ênfase em detalhes que associam as vítimas ao trabalho sexual ou ao uso de drogas o que reforça estereótipos e limita a possibilidade de um tratamento mais humano. Essas escolhas categorizam as vítimas como figuras marginalizadas, distanciando o público de uma percepção empática e permitindo que o leitor as veja como parte de uma realidade distante.

Narrativização

A etapa de narrativização, que organiza o acontecimento em um modelo temporal, segue uma linha cronológica objetiva e impessoal, com foco na sequência dos fatos sem contextualização social. Em *Mulher trans é assassinada a facadas em Porto Ferreira* (G1, 2023b) e *Mulher trans de 27 anos é morta a tiros dentro de casa no norte da BA* (G1, 2023d), o relato é apresentado de maneira linear, cobrindo o crime, a descoberta do corpo e as ações da polícia, mas sem conexão com um panorama mais amplo de violência. Cada caso é tratado como um episódio isolado, sem qualquer menção à repetição e continuidade desses assassinatos, o que limita a compreensão pública de que esses crimes refletem uma estrutura de violência persistente.

Mesmo em casos com um enredo potencialmente mais elaborado, como *Pai de santo e esposa empresária vão a júri por morte de trans achada carbonizada* (G1, 2022c), onde o julgamento poderia ter oferecido uma narrativa que destacasse o impacto da transfobia e a vulnerabilidade das vítimas, a história se limita aos fatos específicos do julgamento. Esse modelo de narrativa isolada reforça a percepção de que esses crimes são acontecimentos ocasionais, em vez de partes de um ciclo contínuo de violência transfóbica, dificultando a formação de uma consciência pública sobre a frequência e gravidade desses assassinatos.

Pano de fundo pragmático

O pano de fundo pragmático nas notícias tende a sugerir que as vítimas trans estavam inseridas em contextos de risco, desviando a compreensão da violência para o ambiente em que essas pessoas vivem. *Em Mulher trans é assassinada a tiros no Jaraguá, Zona Norte de SP* (G1, 2023d), Maria Fernanda Hilton é identificada pelo trabalho sexual que exercia, sem qualquer análise sobre como a exclusão social pode forçar pessoas trans a essas atividades. *Em Mulher trans é encontrada morta com marcas de tiro, em Jaíba* (G1, 2023a), a narrativa se concentra no envolvimento da vítima com drogas, criando uma sugestão de que o contexto de vida da pessoa é responsável por sua morte.

Essa escolha de pano de fundo contribui para uma percepção de que essas mortes são, de certo modo, consequências naturais de uma vida marcada por atividades de risco. A inclusão de referências ao trabalho sexual e à marginalização na maioria dos casos afasta a análise das causas estruturais da violência transfóbica e individualiza a responsabilidade, sugerindo que a morte dessas pessoas é um reflexo do meio em que vivem. Essa abordagem limita a empatia e compreensão pública, reforçando uma imagem de que pessoas trans estão “naturalmente” expostas à violência.

Caracterização como problema público

A caracterização dos assassinatos de pessoas trans como problema público apresenta uma superficialidade que não corrobora para promoção compreensão profunda sobre esses crimes: o problema específico da violência contra a população trans. A falta de uma abordagem que contemple essa singularidade da violência impede que o leitor compreenda a dimensão coletiva e a especificidade dessas mortes.

Os assassinatos de pessoas trans poderiam ser entendidos como parte de um cenário mais amplo de violência endêmica no Brasil, que afeta grupos marginalizados com frequência e brutalidade desproporcionais. A falta de um enquadramento que insira os assassinatos de pessoas trans no contexto de uma violência direcionada impede que o público entenda esses assassinatos como manifestações de um problema que afeta um grupo em particular, mas que veja essas mortes como parte de um cenário geral de violência.

Ao tratar as mortes de pessoas trans como acontecimentos comuns ou desvios da norma, a cobertura jornalística cria uma barreira que impede o público de entender que esses crimes são expressões de uma discriminação. Essa abordagem gera um distanciamento que limita a empatia e a mobilização social, reforçando a ideia de que a violência contra pessoas trans é um problema distante e que não exige resposta pública.

Normalização

Por fim, a normalização dos assassinatos de pessoas trans ocorre através da repetição de abordagens objetivas e impessoais que apresentam esses crimes como quase esperados. *Em Mulher trans é assassinada a facadas em Porto Ferreira* (G1, 2023b) e *Mulher trans é assassinada a facadas e suspeito é preso em Boa Vista* (G1, 2022a), o relato segue uma abordagem factual, sem crítica ou análise sobre as causas sociais, reforçando a impressão de que essas mortes são uma parte aceitável da realidade. Essa naturalização é ampliada pela ausência de discussão sobre discriminação, transfobia ou políticas públicas, como ocorre em *Mulher trans é morta a tiros em rua no Cabo de Santo Agostinho quando voltava para casa* (G1, 2022a) e *Mulher trans é assassinada a tiros no Jaraguá, Zona Norte de SP* (G1, 2023d), onde o assassinato é tratado de forma trivial, sem destaque para a violência transfóbica que caracteriza o caso.

A normalização do acontecimento morte de pessoas trans por meio da falta de um discurso crítico transmite a ideia de que a morte de pessoas trans é um resultado previsível, praticamente inerente à sua condição social. Dessa forma, o jornalismo do G1 reforça uma visão que aceita essas mortes como eventos cotidianos, naturalizando a vulnerabilidade e o risco enfrentados por essa população, em vez de promover uma conscientização sobre a necessidade de proteção e inclusão social para as vidas trans.

Considerações finais

A presente investigação partiu da questão norteadora: de que forma o portal G1, ao noticiar assassinatos de pessoas trans no período de janeiro e março de 2022 e 2023, contribui para a individualização dessas vidas e para a construção de narrativas que naturalizam e perpetuam a marginalização dessas identidades? A análise apontou que o enquadramento jornalístico operado pelo G1 insere-se em uma lógica discursiva que não

apenas normaliza a violência contra pessoas trans, mas também reitera mecanismos biopolíticos de desumanização. Ao privilegiar a brutalidade dos crimes em detrimento da complexidade identitária das vítimas, a cobertura midiática contribui para a formação de um imaginário social que reforça a vulnerabilidade estrutural desses corpos. A ênfase na espetacularização da violência, dissociada das condições sociopolíticas que a engendram, inscreve essas existências em uma zona de abjeção, na qual são reduzidas a meras cifras ou eventos isolados, desprovidos de historicidade e pertencimento.

Esse processo de individualização das mortes, ao fragmentar narrativas e obscurecer os condicionantes estruturais da transfobia, inviabiliza a percepção dos assassinatos como parte de um fenômeno sistêmico e historicamente consolidado. Assim, a cobertura jornalística do G1 não apenas reflete a marginalização das pessoas trans, mas atua na sua reprodução discursiva, reforçando a precarização de suas existências no espaço público. O apagamento dos marcadores sociais e políticos dessas vítimas não é um mero efeito colateral da cobertura, mas um mecanismo central na conformação de um regime de visibilidade que torna suas vidas e mortes passíveis de esquecimento, perpetuando, assim, uma condição de vida matável.

Referências

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022**. Bruna G. Benevides (org.). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023.

ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). **Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023**. Bruna G. Benevides (org.). Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BARRETOS, Dayane do Carmo. **O que resta ao corpo: disputa de sentido em textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais**. 2021. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2021.

BRASIL. **Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_lesbicas_gays_bissexuais_travestis.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Vida precária**. Contemporânea. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, p. 142.

DEWEY, John. Capítulo V: Natureza, comunicação e significado. In: **Experiência e Natureza. Coleção Os Pensadores** – História das grandes ideias do mundo ocidental. São Paulo: Abril, 1974, p. 187-210.

DEWEY, John. El patrón de la investigación. In: **La miséria de la epistemología**. Madri: Biblioteca Nueva, 2000, p. 113-132.

GOFFMAN, E. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012

G1. Mulher trans é morta a tiros em rua no Cabo de Santo Agostinho quando voltava para casa. G1, 3 jan. 2022a. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/01/03/mulher-trans-e-morta-a-tiros-em-rua-no-cabo-de-santo-agostinho-enquanto-voltava-para-casa.ghtml>. Acesso em: 2 nov. 2024.

G1. Mulher trans é assassinada a facada e suspeito é preso em Boa Vista. G1, 17 jan. 2022b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2022/01/17/mulher-trans-e-assassinada-a-facadas-e-suspeito-e-preso-em-boa-vista.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2024.

G1. Pai de santo e esposa empresária vão a júri por morte de trans achada carbonizada. G1 Sorocaba e Jundiá, 25 mar. 2022c. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/2022/03/25/pai-de-santo-e-esposa-empresaria-va-a-juri-por-morte-de-trans-achada-carbonizada.ghtml>. Acesso em: 18 mar. 2025.

G1. Mulher trans é encontrada morta com marcas de tiro, em Jaíba. G1 Grande Minas, 25 jan. 2023a. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2023/01/25/mulher-transsexual-e-encontrada-morta-com-marcas-de-tiro-em-jaiba.ghtml>. Acesso em: 12 out. 2024.

G1. Mulher trans é assassinada a facadas em Porto Ferreira. G1, 29 jan. 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2023/01/29/mulher-trans-e-morta-a-facadas-em-porto-ferreira.ghtml>. Acesso em: 13 nov. 2024.

G1. Mulher trans é encontrada morta com sinais de espancamento em galpão no Santos Dumont, em Maceió. G1 AL, 11 mar. 2023c. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticiaassassinada/2023/03/11/corpo-de-mulher-trans-e-encontrado-em-galpao-de-descarte-de-entulhos-no-santos-dumont-em-maceio.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2024.

G1. Mulher trans é assassinada a tiros no Jaraguá, Zona Norte de SP. G1, 20 mar. 2023d. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/03/20/mulher-trans-e-assassinada-a-tiros-no-jaragua-zona-norte-de-sp.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2024.

HACKING, Ian. **Ontologia histórica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2009.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência contra LGBTs: premissas históricas da violação no Brasil**. *Periódicus*, v. 1, n. 10, p. 1-17, 2019. Disponível em: **DOI:** <https://doi.org/10.9771/peri.v1i10.28014> Acesso em 10 set. 2024

QUÉRÉ, L. A individualização do acontecimento no quadro da experiência pública. Lisboa: **Caleidoscópio**, v. 10, p. 13-37, 2011.

QUÉRÉ, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmático. In: **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Cap. 1, p. 21-38.